



**EDITAL Nº 01/2020
DE PROCESSOS SELETIVOS (PS)**

MISSÃO

Ser um referencial público em saúde, prestando assistência de excelência, gerando conhecimento, formando e agregando pessoas de alta qualificação.

**PS 02 - ADVOGADO I
(Trabalhista)**

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Conhecimentos Específicos	01 a 40	0,20 cada



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS E DO HCPA.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____



FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **40** (quarenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 Os candidatos que comparecerem para realizar a prova **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives* ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos auriculares, próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, sob pena de serem excluídos do certame. **Os relógios de pulso serão permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.** (conforme subitem 7.10 do Edital de Abertura)
- 6 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica, preferencialmente de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua Prova Escrita. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, régua, lapiseiras/grafites e/ou borrachas durante a realização da prova.** (conforme subitem 7.15.2 do Edital de Abertura)
- 7 Não será permitida nenhuma espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos, exceto nos casos em que forem pré-estabelecidos no item 13 do Edital. (conforme subitem 7.15.3 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **41** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 10 A duração da prova é de **três horas (3h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 11 **O candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora (1h) após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora e meia (1h30min) após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de prova.**
- 12 **Após concluir a prova e se retirar da sala, o candidato somente poderá se utilizar de sanitários nas dependências do local de prova se for autorizado pela Coordenação do Prédio e se estiver acompanhado de um fiscal.** (conforme subitem 7.15.6 do Edital de Abertura)
- 13 Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Processo Seletivo. (conforme subitem 7.15.8 do Edital de Abertura)
- 14 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.



01. Assinale a alternativa que indica o princípio do direito administrativo que **NÃO** se encontra expresso no artigo 37 da Constituição da República.

- (A) Legalidade
- (B) Impessoalidade
- (C) Moralidade
- (D) Publicidade
- (E) Boa-fé objetiva

02. De acordo com o disposto na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), é vedado indicar, para o Conselho de Administração e para a Diretoria, pessoa que atuou como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral nos últimos

- (A) 12 meses.
- (B) 24 meses.
- (C) 36 meses.
- (D) 48 meses.
- (E) 60 meses.

03. Qual dos princípios abaixo decorre da constitucionalização do Direito Administrativo?

- (A) Legalidade.
- (B) Finalidade pública.
- (C) Continuidade.
- (D) Juridicidade.
- (E) Autotutela.

04. Com base no texto normativo da Lei nº 13.303/2016, podem integrar o Conselho de Administração das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias:

- (A) os Ministros de Estado, os Secretários de Estado e os Secretários Municipais, desde que atendam a determinados requisitos de idoneidade.
- (B) os dirigentes sindicais, os dirigentes partidários e os profissionais liberais, desde que atendam a determinados requisitos de idoneidade e qualificação profissional.
- (C) os Senadores, Deputados e Vereadores, desde que atendam a determinados requisitos de idoneidade e qualificação profissional.
- (D) os titulares de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo, desde que atendam a determinados requisitos de idoneidade.
- (E) os empregados dos partidos políticos, os professores e profissionais liberais, desde que atendam a determinados requisitos de idoneidade e qualificação profissional.

05. Assinale a alternativa correta sobre prescrição e decadência no Código Civil Brasileiro.

- (A) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência.
- (B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (C) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (D) A prescrição suspensa em favor de um dos credores solidários, não aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- (E) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

06. Com relação à prescrição, é correto afirmar que

- (A) os prazos de prescrição podem ser alterados pelas partes.
- (B) a exceção prescreve no dobro do prazo da pretensão.
- (C) a existência de condição suspensiva impede o curso da prescrição.
- (D) a prescrição apenas pode ser alegada, em processo judicial, no primeiro grau de jurisdição.
- (E) a prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

07. Em relação ao recurso de embargos de divergência, é correto afirmar que

- (A) é embargável acórdão de órgão fracionário que, em recurso de apelação, em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir de qualquer outra câmara ou turma do mesmo tribunal.
- (B) a interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça não interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário, o qual perderá seu objeto em caso de provimento dos embargos de divergência.
- (C) é embargável acórdão de órgão fracionário que, em recurso de apelação, em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir de qualquer câmara ou turma do mesmo tribunal, inclusive do órgão fracionário que proferiu a decisão embargada.
- (D) a divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência deve verificar-se exclusivamente na aplicação do direito material.
- (E) é embargável acórdão de órgão fracionário que, em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir de qualquer outra câmara ou turma do mesmo tribunal, podendo, entretanto, o acórdão paradigma ser da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que a sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.

08. A ajuizou contra B ação de indenização por danos morais e materiais, em decorrência de inscrição indevida em cadastro restritivo de crédito. Após a contestação, na fase de saneamento, o juiz se convenceu da ocorrência do fato gerador do dever de indenizar, por entender que a negativação indevida gera dano moral *in re ipsa* (presumido), podendo ou não gerar dano material, o qual depende da devida comprovação. Por tais razões, proferiu julgamento antecipado parcial do mérito, nos termos do artigo 356, II, do CPC, julgando procedente o pedido de indenização por danos morais, prosseguindo a demanda quanto ao pedido de danos materiais. Após a instrução probatória, o juiz proferiu sentença também condenando o réu ao pagamento de indenização por danos materiais, custas processuais e honorários de sucumbência. Diante desse quadro, quais os recursos cabíveis contra as decisões proferidas no processo?

- (A) Apenas apelação contra as duas decisões, pois em ambas houve resolução de mérito, tratando-se, assim, de sentenças.
- (B) Agravo de instrumento contra a decisão de julgamento antecipado parcial do mérito que condenou o réu ao pagamento de danos morais e apelação contra a decisão que o condenou ao pagamento de indenização por danos materiais.
- (C) Agravo retido contra a decisão de julgamento antecipado parcial do mérito que condenou o réu ao pagamento de danos morais e apelação contra a decisão que o condenou ao pagamento de indenização por danos materiais.
- (D) Apenas agravo de instrumento contra as duas decisões.
- (E) Apelação contra a decisão que condenou o réu ao pagamento de indenização por danos materiais, com preliminar de apelação atacando a decisão de julgamento antecipado parcial do mérito que o condenou ao pagamento de danos morais, uma vez que esta última não comporta agravo de instrumento, por não constar no rol das decisões agraváveis constantes no art. 1.015 do CPC.

09. Acerca dos direitos sociais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (B) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, sendo permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos de gestão temerária.
- (C) são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos o fundo de garantia do tempo de serviço, o adicional de remuneração para as atividades insalubres e a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (D) é garantido o direito de greve, cabendo à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- (E) dentre os direitos sociais elencados estão o transporte, a previdência social, a moradia, a proteção à maternidade, à paternidade e à infância e o lazer.

10. No que diz respeito aos direitos políticos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- (B) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (D) o alistamento eleitoral é obrigatório e o voto é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (E) a perda ou suspensão de direitos políticos dar-se-á nos casos de improbidade administrativa, condenação criminal em segunda instância e incapacidade civil absoluta.

11. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção ou reclusão, conforme a gravidade, nos termos da lei.
- (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, exigida a prévia autorização da autoridade competente.
- (C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer momento, por determinação judicial.
- (D) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de familiar seu, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) o brasileiro naturalizado será extraditado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

12. No que concerne ao processo legislativo disciplinado na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União ou aumento de sua remuneração.
- (B) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
- (C) se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- (D) a matéria constante de projeto de lei rejeitado não pode constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- (E) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

13. No que tange aos princípios gerais da atividade econômica assentados na Constituição da República Federativa do Brasil, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- (B) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os princípios da busca do pleno emprego, da função social da propriedade e da defesa do consumidor.
- (C) a lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.
- (D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas.

14. A Constituição da República Federativa do Brasil contém diversos dispositivos que versam sobre controle da constitucionalidade de lei ou ato normativo. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta quanto ao tema.

- (A) São legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade o Presidente da República, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Compete ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, no prazo de trinta dias.
- (C) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia restrita aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta do ente federado que editou o ato normativo impugnado.
- (E) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias em trinta dias.

15. Referentemente às normas sobre nacionalidade dispostas na Constituição da República Federativa do Brasil, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) os cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
- (C) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (D) as armas, a bandeira, o selo e o hino nacionais são símbolos da República Federativa do Brasil.
- (E) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

16. Considere as afirmações abaixo sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

- I - Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- II - É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- III- É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores, de forma paritária, nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

17. Sobre as fontes do Direito do Trabalho, pode-se dizer corretamente que:

- (A) no âmbito das estruturas sociais, as fontes heterônomas são representadas pelo texto constitucional, emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, regulamentos internos de empresa e convenções e acordos coletivos de trabalho.
- (B) as fontes autônomas do Direito do Trabalho decorrem do exercício da autonomia privada, assim entendida a faculdade reconhecida a sujeitos distintos do Estado de ditar, para sua autorregulação, normas com eficácia jurídica. Entre as fontes autônomas do Direito do Trabalho estão o contrato individual de trabalho, o regulamento interno de empresa, a convenção coletiva de trabalho, o acordo coletivo de trabalho e a sentença normativa.
- (C) no âmbito das estruturas sociais, as fontes heterônomas são representadas pelo texto constitucional, emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, enunciados de súmulas vinculantes, sentenças normativas e regulamentos internos de empresa.
- (D) o costume é a adoção reiterada de uma determinada postura jurídica, em uma certa época, por um determinado grupo. O costume é um fenômeno que, normalmente, tem intervenção do Estado, logo, constitui-se em fonte heterônoma do Direito do Trabalho.
- (E) o costume *contra legem* é o costume contrário à lei. Não se admite revogação de lei pelo costume. Entretanto, quando a lei está obsoleta, em desuso, pode o costume prevalecer sobre ela. Um exemplo disso, pode ser o art. 59 da CLT, que limita o número de horas extras laboradas, ao máximo, em duas horas por dia. Essa proibição foi dirigida ao empregador, não ao empregado. Assim, se o empregado laborou mais de duas horas extras por dia, deverá ser contraprestacionado de todo trabalho extra, sem a limitação imposta pela lei.

18. Sobre os poderes do empregador e sobre as obrigações do empregado, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O art. 456-A, *caput*, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), refere que "cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada". Assim sendo, o empregador pode se utilizar dos regulamentos internos de empresa para definir esse padrão de vestimenta de seus empregados, em decorrência de seu poder de organização.
- (B) O poder de fiscalização do empregador também é uma variável de seu poder diretivo, que lhe permite, dentro dos limites da lei, por atuação pessoal, de prepostos ou de aparatos mecânicos/eletrônicos, controlar a execução dos serviços de seus empregados, bem como a maneira como estes foram prestados. No entanto, não está dentro dos limites do poder de fiscalização do empregador a revista íntima das suas funcionárias do sexo feminino. A CLT é silente quanto à revista íntima de empregados do sexo masculino. Assim sendo, a revista íntima de funcionários homens é permitida.
- (C) Entre as modalidades punitivas do poder disciplinar do empregador, em ordem de gravidade, estão a advertência (verbal ou escrita), a suspensão disciplinar e a extinção do contrato individual de trabalho por justa causa, sendo esta última modalidade a mais gravosa para o empregado.
- (D) A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, exceto nas hipóteses em que forem necessários procedimentos ou produtos diferentes dos utilizados para a higienização das vestimentas de uso comum, conforme preceitua o parágrafo único do art. 456-A da CLT.
- (E) Foge do poder de fiscalização do empregador exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego, a teor do art. 373-A, inciso IV, da Consolidação das Leis do Trabalho. Mas a CLT é silente no que tange à exigência de atestado ou exame de gravidez na dispensa da empregada mulher.

19. Sobre a interrupção e a suspensão do contrato de trabalho, pode-se afirmar que:

- (A) durante o período em que o empregado estiver cumprindo o serviço militar obrigatório, o seu contrato será suspenso. Nesse caso, o empregador não terá nenhum ônus salarial no período. O empregado não estará trabalhando na empresa, mas sim cumprindo com o serviço militar obrigatório. No entanto, o tempo de afastamento do empregado é computado para todos os efeitos, inclusive para fins de depósito do FGTS, o que também ocorre no acidente de trabalho, a partir do 16º dia de afastamento do empregado.
- (B) a suspensão disciplinar se caracteriza como uma punição aplicada pelo empregador ao empregado, em virtude de uma falta de média gravidade por ele cometida, nos termos do art. 474 da CLT. Caracteriza-se como um caso de suspensão do contrato de trabalho, pois o empregado não trabalha, mas terá direito aos salários do período em que tiver sido suspenso.
- (C) para assegurar a integridade física da mulher vítima de violência, é permitido o seu afastamento por até seis meses do local de trabalho, com a manutenção do vínculo trabalhista, caso de interrupção do contrato de trabalho, pois a empregada fará jus aos salários do período de afastamento.
- (D) o aborto sempre é caso de interrupção do contrato de trabalho, caso em que a empregada não trabalha, mas terá direito aos salários do período, bem como terá direito ao recolhimento do FGTS.
- (E) as ausências legais previstas no art. 473 da CLT são casos típicos de suspensão do contrato de trabalho. São exemplos de ausências legais: casamento, licença-ano, licença-paternidade, doação voluntária de sangue, por um dia, a cada doze meses de trabalho, alistamento eleitoral, os dias em que o empregado estiver, comprovadamente, realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, entre outros casos.

20. Sobre as estabilidades legais provisórias, **NÃO** é correto afirmar que:

- (A) a estabilidade da gestante é vista sob uma perspectiva objetiva, vale dizer, existindo a gravidez, independentemente do conhecimento do fato pelo empregador, subsiste a estabilidade da gestante.
- (B) haja qualquer impedimento para que o empregador submetta a empregada gestante, entre os exames demissionais, a um teste de constatação de gravidez. A CLT proíbe o exame de gravidez unicamente nas situações que dizem respeito ao acesso ou à permanência no emprego. Assim sendo, nada obstaculizaria, portanto, o exame para a constatação de óbitos ao desligamento, desde que a empregada, é óbvio, admita a sua realização.
- (C) os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas criadas por eles mesmos, titulares e suplentes, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo art. 543 da CLT.
- (D) o empregado que sofrer acidente de trabalho, mas que voltar a trabalhar antes ou até transcorridos os quinze primeiros dias de afastamento por incapacidade – íterim conhecido na linguagem previdenciária como “período de espera” – não terá direito à estabilidade. O fundamento é justamente aquele que diz respeito à não percepção do auxílio-doença acidentário (B-91).
- (E) o empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego, decorrente de acidente de trabalho, prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/91.

21. A _____ pressupõe culpa que se divide em imperícia, negligência e imprudência. Logo será sempre culposa. Portanto, não admite ato doloso. Se assim ocorrer, estar-se-ia diante da improbidade ou mau procedimento. Regra geral, não se caracteriza por um único ato, mas pode, excepcionalmente, ocorrer por único ato, como é o caso de o médico esquecer uma tesoura na barriga do paciente.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto acima.

- (A) insubordinação
- (B) indisciplina
- (C) desídia
- (D) embriaguez habitual ou em serviço
- (E) prática constante de jogos de azar

22. Determinado empregado trabalhou, em certo dia, das 8 às 17 horas e 30 minutos, com um intervalo de 1 hora para descanso e alimentação e dois intervalos de 15 minutos, um no turno da manhã e outro no turno da tarde. Considerando a jornada de trabalho e os intervalos acima aduzidos, pode-se dizer corretamente que:

- (A) o empregador, por ser titular do poder diretivo, pode, livremente, estabelecer intervalos não previstos em lei aos seus empregados, sem que isso represente ao empregado o direito de receber horas extras.
- (B) no caso em tela, como os dois intervalos de 15 minutos não estão autorizados por lei, são considerados como tempo à disposição, mesmo que o trabalhador usufrua, de fato, do descanso. Assim, toda vez que o empregador conceder intervalos intrajornadas não previstos em lei, estará mantendo seu empregado à disposição. Se este período ultrapassar a jornada normal, deverá ser remunerado como hora extra.
- (C) no caso em tela, como os dois intervalos de 15 minutos não estão autorizados por lei, não são considerados como tempo à disposição, mesmo que o trabalhador usufrua, de fato, do descanso. Nesse sentido, o empregado não terá direito ao pagamento de horas extras.
- (D) o empregador não pode conceder intervalos não previstos em lei.
- (E) no caso em tela, os intervalos estão previstos em lei, e, portanto, não geram direito ao pagamento de horas extras.

23. Considere as afirmações abaixo sobre os princípios aplicáveis ao direito coletivo do trabalho.

- I - Pode-se afirmar que um dos princípios de direito do trabalho impactados pela reforma trabalhista de 2017 foi o da norma mais favorável. Prova disso é a atual regra que dispõe sobre a prevalência dos acordos coletivos de trabalho sobre as convenções coletivas de trabalho, no caso de eventual antinomia entre ambos, não importando mais qual é o instrumento coletivo mais benéfico aos trabalhadores. Anteriormente à reforma, a lei trabalhista determinava a prevalência da norma que fosse mais benéfica ao trabalhador.
- II - Um dos princípios reequacionados com a reforma trabalhista de 2017 foi o da autodeterminação das vontades coletivas (ou da autonomia coletiva privada). Afinal, o sistema juscoletivo atual, no que diz respeito ao estímulo à negociação coletiva, admite que toda e qualquer matéria trabalhista possa ser livremente negociada pelas respectivas representações sindicais, não mais importando se o teor negociado é mais ou menos benéfico do que o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou na legislação suplementar aplicável. Percebe-se, assim, que a alteração legal ampliou significativamente o espaço para exercício da autonomia coletiva privada, quando comparado ao sistema anterior.
- III- Outro princípio impactado com a reforma trabalhista foi o da liberdade associativa ou sindical. As alterações promovidas em 2017 tornaram o sistema pátrio mais afinado com o que dispõe o conjunto de convenções internacionais sobre direito coletivo do trabalho. Afinal, foram abolidos do sistema juslaboral coletivo pátrio institutos historicamente rechaçados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), tais como o da contribuição sindical obrigatória e o da unicidade sindical.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

24. Sobre negociação e normas coletivas, assinale a alternativa correta.

- (A) As convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalho e as sentenças normativas têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem, inclusive de maneira prejudicial ao trabalhador, sobre o intervalo intrajornada (respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas), a modalidade de registro de jornada de trabalho e a participação nos lucros ou resultados da empresa.
- (B) As convenções coletivas de trabalho e os acordos coletivos de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem, inclusive de maneira prejudicial ao trabalhador, sobre o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a licença maternidade e a licença paternidade.
- (C) Frustrada a negociação coletiva, os sindicatos poderão ajuizar dissídio coletivo do trabalho com o objetivo de estabelecer condições gerais de trabalho aplicáveis à categoria, sendo dispensado o requisito do mútuo consentimento quando a pauta envolver apenas condições de trabalho mais vantajosas do que as previstas na lei trabalhista.
- (D) Convenções coletivas de trabalho, acordos coletivos de trabalho e sentenças normativas devem observar a duração máxima de dois anos, vedada, em todos os casos, a ultra-atividade.
- (E) As convenções coletivas, os acordos coletivos e as sentenças normativas têm preferência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem, de maneira mais benéfica ao trabalhador, sobre o número de dias de férias, o valor do décimo terceiro salário e o valor dos adicionais de remuneração para transferências provisórias, para atividades insalubres e para atividades perigosas.

25. Considere as afirmações abaixo sobre os sujeitos de direito coletivo do trabalho e respectivas garantias.

- I - Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, conforme a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o membro do conselho fiscal de um sindicato representativo de categoria profissional não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.
- II - Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da direção de um sindicato representativo de categoria profissional não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro. Poderá, portanto, o membro de direção sindical ser despedido pelo seu empregador, por exemplo, por motivos disciplinares ou quando a empresa onde trabalha estiver em dificuldades financeiras comprovadas.
- III - Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da comissão não sindical de representantes dos empregados no local de trabalho não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro. Poderá, portanto, este mesmo representante ser despedido pelo seu empregador, por exemplo, quando cometer uma falta disciplinar grave ou quando a empresa onde trabalha estiver em dificuldades financeiras comprovadas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

26. Considere as afirmações abaixo sobre a organização sindical brasileira.

- I - Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de uma determinada categoria ("critério de especificidade de categoria"), seja ela profissional, econômica ou profissional diferenciada. Não obstante, quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, constituírem-se em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, lhes é permitido formar um sindicato único, reunindo categorias distintas, mas similares ou conexas.
- II - As federações sindicais profissionais pressupõem, pelo menos, a participação de, no mínimo, cinco sindicatos de profissões idênticas, similares ou conexas.
- III - As confederações sindicais organizar-se-ão com o mínimo de três federações, e as centrais sindicais organizar-se-ão a partir da combinação de, no mínimo, quatro federações de profissões idênticas, similares ou conexas e duas confederações profissionais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II e III.

27. Sobre o direito de greve, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos decorrentes do contrato de trabalho, inclusive remuneratórios, permanecem regularmente devidos durante o exercício do direito fundamental de greve, configurando, portanto, autêntica situação interruptiva do contrato de trabalho. No caso de manutenção do movimento grevista após declaração judicial de abusividade, entretanto, os direitos decorrentes do contrato, inclusive remuneratórios, deixam de ser devidos, configurando, nesta hipótese, situação suspensiva do contrato de trabalho.
- (B) São considerados serviços ou atividades essenciais: tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; assistência médica e hospitalar; distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; serviços funerários; transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; processamento de dados ligados a serviços essenciais; controle de tráfego aéreo e navegação aérea; compensação bancária; atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e à assistência social; atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei; e outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal, indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- (C) Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços. O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o quórum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve. No caso de falta de entidade sindical, o exercício do direito de greve restará inviabilizado, sob pena de abusividade.
- (D) Nos casos em que a assembleia deliberar em favor do movimento grevista, a entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados por escrito, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, da paralisação. Em se tratando de atividades ou serviços considerados essenciais à comunidade, ficam as entidades sindicais obrigadas a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de quarenta e oito horas da paralisação.
- (E) No caso de paralisação em serviços ou atividades considerados essenciais à comunidade, é obrigatória a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, em um percentual mínimo de trinta por cento.

28. Considere as afirmações abaixo sobre o direito coletivo do trabalho.

- I - Conforme dispõe atualmente a legislação, a comissão de representantes dos trabalhadores no local de trabalho é assegurada às empresas com mais de duzentos empregados e, necessariamente, terá sua atuação organizada pelo sindicato da respectiva categoria, inclusive no que se refere ao processo eleitoral de escolha de seus integrantes.
- II - Conforme dispõe atualmente a legislação, no acordo coletivo de trabalho, na convenção coletiva de trabalho e no dissídio coletivo de trabalho, é vedada a estipulação ou fixação de cláusula de reajuste ou correção salarial automática vinculada a índice de preços.
- III - Conforme dispõe atualmente a legislação, a eventual mitigação de algum direito trabalhista disponível à autonomia coletiva privada, por meio da negociação coletiva, será válida mesmo que não haja expressa indicação de contrapartidas previstas no mesmo instrumento normativo coletivo. A exceção fica por conta de eventual redução salarial, que, necessariamente, deverá estar conjugada com a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo. Na hipótese de anulação de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando houver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas I e II.
(E) Apenas II e III.

29. Sobre o processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado, podendo as partes serem representadas por advogado comum.
- (B) o protocolo da petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
- (C) o prazo prescricional somente voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão em que o juiz negar a homologação do acordo.
- (D) a designação da audiência para proferir a sentença de homologação de acordo extrajudicial é meramente uma faculdade do juiz que analisa o acordo.
- (E) se faculta ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria, no processo de homologação de acordo extrajudicial.

30. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) a figura jurídica da desconsideração da personalidade jurídica não tem previsão expressa na Consolidação das Leis Trabalhistas, aplicando-se aquilo que está previsto no Código de Processo Civil Brasileiro.
- (B) da decisão interlocutória que acolher a desconsideração da personalidade jurídica, no processo do trabalho, na fase de cognição, não cabe qualquer recurso de imediato.
- (C) da decisão interlocutória que rejeitar a desconsideração da personalidade jurídica, no processo do trabalho, na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.
- (D) da decisão interlocutória que rejeitar a desconsideração da personalidade jurídica, no processo do trabalho, na fase de cognição, não cabe qualquer recurso de imediato.
- (E) da decisão interlocutória que acolher a desconsideração da personalidade jurídica, no processo do trabalho, na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

31. Entre as novidades introduzidas pela Lei nº 13.467, de 2017, a denominada reforma trabalhista, há a figura jurídica da responsabilidade por dano processual. Sobre a responsabilidade por dano processual, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A responsabilidade por dano processual enseja que aquele que litigar de má-fé, como reclamante, reclamado ou interveniente, responda por perdas e danos.
- (B) Considera-se litigante de má-fé aquele que: deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opuser resistência injustificada ao andamento do processo; proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; provocar incidente manifestamente infundado; e interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.
- (C) De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 15% (quinze por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- (D) Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse, na causa ou solidariamente, aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.
- (E) O valor relativo à indenização, em decorrência do dano processual, será fixado pelo juízo ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.

32. Após o advento da Lei nº 13.467, de 2017, na fase de liquidação e de execução processual, na justiça do trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) é competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
- (B) a execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.
- (C) na fase de liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- (D) elaborada a conta e tornada líquida a decisão liquidanda, o juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores, objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- (E) sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.

33. No dia 20/11/2017, o "Sócio A" se retirou da sociedade da empresa XYZ Ltda., efetivando, na mesma data, a averbação e modificação do contrato social da empresa. No dia 19/11/2019, um ex-empregado ingressa com uma reclamatória trabalhista pelo rito sumaríssimo contra a empresa XYZ Ltda. A reclamatória trabalhista foi julgada parcialmente procedente, resultando um crédito ao Reclamante no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Diante de tal situação fática, é correto afirmar que:

- (A) o "Sócio A", retirante, responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, devendo ser observada a seguinte ordem de preferência: a empresa devedora, os sócios atuais e o sócio retirante.
- (B) o "Sócio A", retirante, responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio.
- (C) o "Sócio A", retirante, não responde pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao processo interposto pelo ex-empregado contra a empresa XYZ Ltda., considerando o lapso temporal entre o término do contrato de emprego havido entre as partes e a averbação da modificação do contrato social da empresa.
- (D) o "Sócio A", retirante, responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, podendo ser direcionada contra a empresa devedora, os sócios atuais e o sócio retirante sem qualquer ordem de preferência.
- (E) o "Sócio A", retirante, não responde já que a alteração na estrutura jurídica da empresa afastou os direitos adquiridos pelo seu ex-empregado.

34. Em relação às partes e aos procuradores, na Justiça do Trabalho é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) os empregados e os empregadores não podem mais reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
- (C) nos dissídios coletivos, é facultada aos interessados a assistência por advogado.
- (D) a constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
- (E) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.

35. Após o advento da Lei nº 13.467, de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, em relação aos honorários advocatícios, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários advocatícios de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- (B) os honorários advocatícios são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.
- (C) ao fixar os honorários advocatícios, o juízo observará: o grau de zelo do profissional; o lugar de prestação do serviço; a natureza e a importância da causa; o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
- (D) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários advocatícios de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
- (E) são devidos honorários advocatícios de sucumbência também na reconvenção.

36. A empresa XYZ Ltda. comparece na audiência de instrução e julgamento representada pelo seu advogado e por um preposto que refere, de forma espontânea ao juiz, que jamais foi empregado efetivamente da empresa e que foi contratado para aquela solenidade. Diante de tal fato, qual o procedimento correto a ser adotado pelo juiz que conduz a solenidade?

- (A) Aplicar a pena de confissão para a empresa XYZ Ltda., somente em relação à matéria de fato.
- (B) Aplicar a pena de revelia e confissão para a empresa XYZ Ltda., sendo que a pena de confissão é somente em relação à matéria de fato.
- (C) Dar o prosseguimento normal à audiência, uma vez que, para ser preposto, não é necessária a condição de ser empregado da parte reclamada.
- (D) Suspender o julgamento diante do motivo relevante e designar uma nova audiência.
- (E) Aplicar a pena de revelia e confissão para a empresa XYZ Ltda., sendo que, na Justiça do Trabalho, a empresa pode fazer-se representar somente pelo gerente ou supervisor da empresa com conhecimento dos fatos narrados na ação trabalhista, cujas declarações obrigarão o proponente.

37. Assinale a alternativa correta sobre a aposentadoria especial:

- (A) depende de comprovação da efetiva exposição aos agentes nocivos, com exceção dos trabalhadores que exercem atividade em ambiente hospitalar.
- (B) é possível a conversão de atividade especial em comum, somente se o segurado tiver preenchido os requisitos para a aposentadoria até a Emenda Constitucional nº 103/19.
- (C) o não preenchimento da idade mínima de 60 anos para os trabalhadores expostos a agentes nocivos impede a concessão do benefício.
- (D) a Renda Mensal Inicial da aposentadoria concedida a quem completar 25 anos de atividade especial é de 60% do salário-de-benefício + 2% a cada ano, além dos 20 anos de contribuição para os homens e além dos 15 anos para as mulheres, sendo limitado a 100% da média.
- (E) quem ingressou no sistema previdenciário até a Emenda Constitucional nº 103/19 pode se aposentar somando 86 pontos, 76 pontos e 66 pontos, desde que tenha, no mínimo, 25 anos, 20 anos e 15 anos, respectivamente, de atividade especial, podendo complementar o tempo faltante com atividade comum.

38. Considere as afirmações abaixo sobre os requisitos para concessão de benefícios previdenciários.

- I - O segurado que se encontra em situação de incapacidade temporária tem direito ao benefício previdenciário desde que tenha cumprido a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo acidente de qualquer natureza, doenças profissionais e do trabalho.
- II - A pensão por morte é devida aos dependentes do segurado e é calculada com base na última remuneração do segurado falecido.
- III - O salário-maternidade da empregada urbana exige 10 (dez) contribuições mensais.
- IV - A aposentadoria por incapacidade permanente é calculada com base na média das contribuições do segurado desde julho de 1994, aplicando-se o coeficiente de 60% + 2% a cada ano de contribuição, além dos 20 anos para os homens e além dos 15 anos para as mulheres.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

39. A Previdência Social brasileira tem experimentado, ao longo das últimas décadas e também muito recentemente, um intenso processo de constitucionalização, caracterizado pela inclusão de diversas normas pertinentes ao sistema previdenciário no texto da Constituição Federal. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma norma constitucional previdenciária vigente.

- (A) O regime de previdência complementar dos servidores públicos titulares de cargo efetivo deve ser efetivado por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, que oferecerão planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
- (B) O sistema de inclusão previdenciária destinado a atender trabalhadores de baixa renda, bem como àqueles sem renda que se dedicam ao trabalho exclusivamente doméstico em sua residência, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), será instituído por lei e terá alíquotas diferenciadas.
- (C) O regime próprio dos servidores públicos possui regramento específico e autônomo, não devendo observar os requisitos e critérios fixados para o RGPS, no que couber.
- (D) Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- (E) Tanto o RGPS quanto o regime próprio dos servidores públicos têm caráter contributivo, devendo observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

40. O Poder Público deve organizar a seguridade social com base em objetivos expressos no Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal. Acerca desses objetivos, considere os itens abaixo.

- I - Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- II - Isonomia e equidade do custeio dos benefícios e serviços às populações necessitadas.
- III- Irredutibilidade do valor dos benefícios e universalidade da cobertura e do atendimento.

Quais são objetivos da seguridade social, de acordo com o referido capítulo da Constituição Federal?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL Nº 01/2020 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 02

ADVOGADO I (Trabalhista)

01.	E	11.	E	21.	C	31.	C
02.	C	12.	B	22.	B	32.	D
03.	D	13.	ANULADA	23.	A	33.	A
04.	E	14.	C	24.	E	34.	B
05.	C	15.	A	25.	C	35.	A
06.	C	16.	B	26.	D	36.	C
07.	ANULADA	17.	E	27.	B	37.	E
08.	B	18.	B	28.	E	38.	B
09.	D	19.	A	29.	A	39.	C
10.	A	20.	C	30.	A	40.	C